

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.509 - SP (2019/0341150-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : MELIÁ BRASIL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA E COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : PAULO SOARES DE MORAIS - SP183461
MONISE DE AZEVEDO PUSTIGLIONE - SP394111
AGRAVADO : DENISE MARIA OLIVE ESTEVES
AGRAVADO : ROBERTO CAMPOS VERGUEIRO DE ALMEIDA
ADVOGADO : TATIANA ADOGLIO MORATELLI - SP187167
INTERES. : COSTABELLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO : PAULO EDUARDO RIBEIRO SOARES - SP155523
INTERES. : JOÃO FORTES ENGENHARIA S A
ADVOGADO : FERNANDO RUDGE LEITE NETO - SP084786
INTERES. : UPH EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES EIRELI
ADVOGADO : FERNANDO BAGNARIOL ROMEU - SP233260

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VULNERADOS. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por MELIÁ BRASIL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA E COMERCIAL LTDA. contra a decisão de fls. 636-638 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (fl. 577, e-STJ):

Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença. Compromisso de venda e compra. Memória de cálculo, com documentos, reapresentada. Faculdade que o Juízo abriu a que a agravante se manifestasse sobre esta documentação, inclusive já apresentada nova

impugnação. Decisão mantida. Recurso desprovido.
Os embargos de declaração opostos foram desacolhidos (fls. 619-624, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 583-599, e-STJ), além de divergência jurisprudencial, a recorrente alegou que o acórdão impugnado incorreu em violação dos arts. 329, 489, 509, 524 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em suma: (i) negativa de prestação jurisdicional ante a omissão do Colegiado estadual em analisar questões relevantes para o deslinde da controvérsia, bem como falta de fundamentação no acórdão recorrido; (ii) cerceamento de defesa, por falta de prévia liquidação da sentença, a fim de tomar conhecimento dos valores pagos pelos consumidores, bem como dos valores a serem restituídos; (iii) necessidade de prévia liquidação da sentença a fim de constituir o título executivo, requisito de sua validade e de sua exigibilidade; e (iv) impossibilidade de aditamento à petição inicial, após a citação do réu, como ocorreu no caso em análise, ante a ocorrência da preclusão consumativa, além de afrontar os princípios da eventualidade e da isonomia entre as partes.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso especial pelos seguintes fundamentos: a) ausência de violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto as questões trazidas pela recorrente foram analisadas e a decisão encontra-se fundamentada; b) não houve demonstração das vulnerações legais suscitadas; c) aplicação da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais; e d) o dissídio jurisprudencial alegado não foi comprovado nos termos exigidos pelo art. 1.029 do CPC/2015.

Irresignada (fls. 641-652, e-STJ), aduz a agravante que o reclamo merece trânsito, refutando os retrocitados óbices de admissibilidade.

Contraminuta às fls. 661-667 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com

fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Com efeito, apesar de rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi suficientemente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

A jurisprudência desta Casa dispõe no sentido de que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente – situação facilmente constatável *in casu* –, não caracteriza ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ATIVIDADE ESPECIAL. AERONAUTA. LEI 9.032/1995. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA ESPECIALIDADE. CONDIÇÃO DE INSALUBRIDADE ATESTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PORTARIA MINISTERIAL. NÃO CABIMENTO. NORMA QUE ESCAPA AO CONCEITO DE LEI FEDERAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC.(...) 3. No que se refere à nocividade do labor exercido, é evidente que eventual violação aos arts. 57 e 58 da Lei 8.213/1991 seria meramente reflexa, e não direta, porque para a apreciação da controvérsia, quanto à alegada inobservância dos critérios de pressão atmosférica anormal, para fins de reconhecimento de tempo de serviço especial, seria imprescindível o exame da Norma Regulamentadora NR-15, do Ministério do Trabalho e Emprego, não cabendo, portanto, analisar a questão em Recurso Especial. 4. Ademais, a instância de origem decidiu a controvérsia com fundamento no suporte fático-probatório dos autos. Desse modo, verifica-se que a análise da controvérsia demanda reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça. Súmula 7/STJ. 5. Recurso Especial não provido (REsp 1614624/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01/09/2016, DJe 06/10/2016).

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

No que se refere à alegação de cerceamento de defesa em razão da falta de liquidação da sentença a fim de conhecer os valores a serem restituídos ao consumidor,

cumpre assinalar que o recurso especial é de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera tão somente nos termos do que foi impugnado.

Assim, **a ausência de indicação dos artigos tidos por vulnerados** não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional ficou, ou não, malferida, sendo de rigor a incidência do enunciado sumular n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HIGIDEZ DOS TÍTULOS. OFENSA AOS ARTS. 535, 165 E 458, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DECISÕES FUNDAMENTADAS NA ANÁLISE DAS PROVAS. SÚMULAS 5 E 7.

[...]

2. O uso da fórmula aberta "e seguintes" para a indicação dos artigos tidos por violados revela fundamentação deficiente, o que faz incidir a Súmula n. 284/STF. Isso porque o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável o brocardo *iura novit curia* e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe extrair da argumentação qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da fundamentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do recorrente.

[...]

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1124819/AM, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 03/06/2014, DJe 12/06/2014).

No caso em análise, o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, manifestou-se nos termos da seguinte transcrição (fls. 578-579, e-STJ, sem grifos no original):

Primeiramente, como se disse ao início, **vê-se que a condenação** imposta por força do acórdão proferido (Ap. civ. n. 0182009-43.2008.8.26.0100) **foi expressa quando impôs a solidariedade das rés: “daí que o apelo dos autores se acolhe somente em parte, para o fim de julgar parcialmente procedente a ação, condenadas as rés, solidariamente, à devolução das parcelas, tributos e condomínio pagos, corrigidos desde o desembolso, com juros de mora devidos desde a citação.”** Depois, sabido que **o cumprimento se pode dar mediante memória de cálculo (art. 509, par. 2º, do CPC), quando os valores a executar já se conhecem, no caso pretendendo-se que contidos em documentos (comprovantes) e planilhas apresentados na origem e**

referidos na decisão recorrida.

É verdade que a impugnação primeira da agravante apontava para a ausência de especificação da planilha originária e falta de documentos representativos do pagamento (**embora se argumente em resposta que já estavam nos autos originais**).

Mas, seja como for, **a fls. 232/234 as planilhas foram reapresentadas, e com elas os documentos de fls. 253 e seguintes, os quais se pretendeu fossem representativos dos pagamentos cuja devolução se persegue.**

Pois sobre esta documentação a decisão agravada facultou manifestação dos devedores, sendo que a agravante inclusive já apresentou nova impugnação (fls. 441/447).

Ora, neste contexto, realmente não se amolda à instrumentalidade e celeridade recomençar do início outro repetido cumprimento, ao invés de admitir a emenda à memória de cálculo e apresentação dos documentos de cuja ausência a ré reclamava, a fim de que pudesse ou agora possa aferir a correção dos valores executados, então se deliberando sobre a questão.

Insista-se, tanto mais se esta verificação afinal se facultou e o que já motivou nova impugnação.

O caminho então é, a partir de agora, aguardar o trâmite e decisão da nova impugnação ofertada.

E sem lide temerária a reconhecer na interposição.

Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado ante a natureza excepcional da via eleita, nos termos da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator